



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

pd
DSATS
A Secretária-Geral

06/3/30

Ofº nº 2040/MAP - 28 Março 06

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

Maria de Rosário Boléo
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 1098	20-02-2006	Registo nº 984	23-02-2006

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1502/X (1ª) - AC DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS ANA MANSO E ANTÓNIO RIBEIRO CRISTOVÃO (PSD)
- OS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS DISTRITOS DA GUARDA E CASTELO BRANCO E O SEU EVENTUAL ENCERRAMENTO

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1816 de 27 de Março, do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

06.03.30
[Signature]
A. Oliveira

A Chefe do Gabinete

[Signature]

Maria José Ribeiro

SMM



06/03/30
Proc.º n.º 03

2291 06 03 30

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	7627
Processo N.º	2813/2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 1269/MAP

SUA COMUNICAÇÃO
24.02.2006

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 1175/2004
N.º 1816

LISBOA
27 MAR. 2006

**ASSUNTO: Requerimento n.º 1502/X/(1ª) – AC de 17 de Fevereiro de 2006
Os Serviços Públicos nos Distritos da Guarda e Castelo Branco e o seu eventual encerramento**

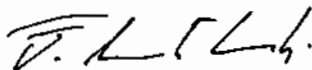
Em referência ao requerimento mencionado em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa. que conforme consta do programa do Governo, a gestão racional do sistema judicial requer o ajustamento do mapa judiciário ao movimento processual, a adopção de um modelo de gestão assente na valorização do presidente e do administrador do tribunal e a reavaliação do período de funcionamento dos tribunais.

Neste sentido, o Ministério da Justiça encontra-se a avaliar a organização territorial tendo em vista reorganizar o actual Mapa Judiciário ponderando as necessárias medidas à racionalização dos recursos físicos, humanos e financeiros da justiça, no estrito respeito pelo princípio Constitucional do acesso ao Direito e Justiça.

Assim, e uma vez que se encontra em avaliação a gestão racional do sistema judicial e o correlativo ajustamento do mapa judiciário, o Ministério da Justiça encontra-se a aguardar pelas conclusões desta avaliação, a ser realizada pelo Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, ao qual foi dado conhecimento das preocupações dos Deputados do PSD.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,



(Filipe Costa)

RS/CS